

STJ00096248

Coleção
ENSAIOS
DE PROCESSO CIVIL

Eduardo de Avelar Lamy
Pedro Manoel Abreu
Pedro Miranda de Oliveira
Coordenadores

5

**A LITIGÂNCIA DE
MÁ-FÉ E A
RESPONSABILIDADE
DO ADVOGADO**

Rodrigo D'Orío Dantas



GRUPO

conceito

MODELO



Florianópolis – 2013

Editora CONCEITO EDITORIAL

Presidente Salézio Costa	Conselho Editorial André Maia Adriana Mildart Aline de C. M. Maia Liberato Carlos Alberto P. de Castro Cesar Luiz Pasold Diego Araujo Campos Edson Luiz Barbosa Fauzi Hassan Choukr Jacinto Coutinho Jerson Gonçalves C. Junior João Batista Lazzari Jonas Machado Ramos	José Antônio Peres Gediel José Antônio Savaris Lenio Luiz Streck Marcelo Alkmim Martonio Mont'Alverne B. Lima Michel Mascarenhas Renata Elaine Silva Samantha Ribeiro Meyer Pflug Sérgio Ricardo F. de Aquino Theodoro Vicente Agostinho Vicente Barreto Vladmir Oliveira da Silveira Wagner Balera
Editores Orides Mezzaroba Valdemar P. da Luz		
Assistente Editorial Rosimari Ouriques		
Capa Jonny M. Prochnow		
Diagramação Rafael Simon		

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

D192I

Dantas, Rodrigo D'orio
A Litigância de Má-fé e a Responsabilidade do Advogado / Rodrigo D'orio Dantas –
Florianópolis: Conceito Editorial, 2013. (Coleção Ensaios de Processo Civil Vol. 5)
391p.

Coordenadores: Eduardo de Avelar Lamy; Pedro Manoel Abreu; Pedro Miranda de
Oliveira.

ISBN 978-85-7874-309-3

1. Litigância de má-fé 2. Boa-fé 3. Dever de lealdade 4. Efetividade
5. Advogado 6. Princípios constitucionais I. Título

CDU – 340

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e
na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2013 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

961350

Rua Felipe Schmidt, 321 - sala 1003, Centro, CEP 88010-000 – Florianópolis/SC

Editorial: Fone (48) 3205-1300 – editorial@conceitojur.com.br

Comercial: Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

www.conceitojur.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
NOTA DOS COORDENADORES	9
PREFÁCIO – SÉRGIO SHIMURA	13
INTRODUÇÃO	19
1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SUAS TENDÊNCIAS	
CONTEMPORÂNEAS	23
1.1 Do direito como fim	23
1.2 Fases de estudo do direito processual civil	24
1.3 Instrumentalidade, escopos do processo e bases do direito processual civil contemporâneo	28
2. O MODO DE SER DO PROCESSO – “MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO CIVIL”	39
2.1 Da efetividade	44
2.2 Da litigância de má-fé como reflexo do princípio da efetividade	49
3. DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E A LEALDADE PROCESSUAL	53
3.1 Da boa-fé	53
3.2 Da lealdade processual	58
3.2.1 Da lealdade como dever	66
3.2.2 Da lealdade processual versus princípio do dispositivo	74
3.3 Do abuso do processo (abuso de direito) e do ilícito processual	82
4. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	93

4.1 Breve histórico da litigância de má-fé	93
4.2 Do direito estrangeiro	97
4.3 Da má-fé processual e seus agentes	99
4.4 Da natureza jurídica da litigância de má-fé.....	106
4.5 Da (im) prescindibilidade do elemento subjetivo para a configuração da litigância de má-fé.....	111
4.6 Hipóteses legais	127
4.6.1 Dedução de pretensão contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.....	128
4.6.2 Alteração da verdade dos fatos	140
4.6.3 Uso do processo para conseguir objetivo ilegal.....	153
4.6.4 Resistência injustificada ao andamento do processo	160
4.6.5 Temeridade processual.....	171
4.6.6 Incidentes manifestamente infundados.....	181
4.6.7 Recurso manifestamente protelatório.....	189
4.7 Da sanção	203
4.7.1 Da reparação nas perdas e danos.....	206
4.7.1.1 Do ato ilícito.....	209
4.7.1.2 Do dano	212
4.7.1.3 Do nexo de causalidade.....	217
4.7.1.4 Do dolo	219
4.7.2 Da multa	219
4.8 Da condenação, liquidação e solidariedade dos litigantes de má-fé	227
4.9 Da possibilidade da aplicação da sanção de ofício	231
4.10 Previsão na legislação extravagante.....	243
4.11 Das alterações previstas no Projeto n. 8.046 – “novo” Código de Processo Civil.....	245
5. SANÇÕES PROCESSUAIS DIVERSAS.....	247
6. DO ADVOGADO.....	253
6.1 Da indispensabilidade do advogado para a administração da justiça.....	253

6.2 Da função social do advogado	264
6.3 Da inviolabilidade do advogado e da imunidade profissional por manifestações e atos	272
6.4 Da responsabilidade civil do advogado.....	284
6.4.1 Dos sistemas de responsabilidade	284
6.4.2 Da responsabilidade contratual do advogado.....	289
6.4.3 Da responsabilidade da sociedade de advogados.....	305
6.4.4 Da responsabilidade extracontratual do advogado.....	312
6.5 Da lealdade processual do advogado.....	316
7. DA CONDENAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO NA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	331
7.1 Argumentos principais.....	331
7.2 Da condenação direta do advogado à luz dos princípios constitucionais.....	346
7.2.1 Da condenação do advogado à luz do princípio do contraditório.....	347
7.2.2 Da condenação do advogado à luz do princípio da ampla defesa.....	350
7.2.3 Da condenação do advogado à luz do princípio da inafastabilidade do poder jurisdicional (acesso à justiça)	355
7.2.4 Da condenação do advogado à luz do princípio do juiz natural.....	357
7.2.5 Da condenação do advogado à luz do princípio da isonomia, e da indispensabilidade e inviolabilidade do advogado.....	359
7.2.6 Da condenação do advogado à luz do princípio do devido processo legal.....	369
7.2.7 Da condenação do advogado à luz do princípio da efetividade	369
CONCLUSÃO.....	375
BIBLIOGRAFIA	379